

DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL

(IN) SUSTAINABLE DEVELOPMENT

(IN) DESARROLLO SOSTENIBLE

Celso Franca

Mestre em Sociologia - UFPE, Pós-graduado em Gestão de Negócios Internacionais – Fundação Getúlio Vargas - FGV, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Salvador - UNIFACS, Prof. da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE e da Faculdades de Tecnologia e Ciências FTC, e Coordenador do Projeto Escola Verde – PEV.

E-mail: Celsofranca2005@yahoo.com.br

Deise Cristiane Nascimento

Mestre em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, reconhecido pela Universidade do Vale do Sapucaí, é especialista em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria, Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE e da Faculdades de Tecnologia e Ciências – FTC, Coordenadora do Projeto Escola Verde – PEV na FACAPE.

E-mail: deiseecn@hotmail.com

Solange M^a Dantas Gomes

Mestre em Tecnologia Ambiental pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Pós-Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco, membro do Projeto Escola Verde – PEV.

solangegomes_2004@yahoo.com.br

RESUMO

A exploração indiscriminada dos recursos naturais contribui para o agravamento da situação de precariedade da qualidade e manutenção da vida no planeta, que se revela a todo o momento pelas catástrofes naturais que estão tornando-se cada dia mais presente. Somente depois de muito degradar o meio ambiente, o homem percebeu sua relação de intrínseca dependência com a natureza. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam o desenvolvimento sustentável, destacando-se as convergências e as divergências que lhe permeiam. E, a fim de buscar o equilíbrio ambiental, novas formas de relação homem-natureza vêm sendo pensadas. O exemplo que ora predomina nesse sentido, são as discussões sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, que trazem à tona o conceito de desenvolvimento sustentável. A partir da ECO/92, o marco histórico na luta por um mundo com menos desperdício, o debate em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte da busca por uma sociedade mais justa social e ambientalmente. Portanto, é possível verificar a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe não só a ampliação das dimensões a serem contempladas (ambientais, sociais, políticas, econômicas). No entanto, há uma postura

do Estado, como instituição imparcial que deve defender interesses coletivos em detrimento dos individuais e econômicos, promover a integralização das políticas públicas ambientais e a conscientização pública, para que seja possível se desenvolver com sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The indiscriminate exploitation of natural resources contributes to the aggravation of the precarious situation of quality and maintenance of life on the planet, which is always revealed by the natural disasters that are becoming increasingly present. Only after much degrading the environment did man realize his relationship of intrinsic dependence on nature. Thus, the aim of this article is to analyze the main concepts, definitions, ideas, paradigms and assumptions that underlie sustainable development, highlighting the convergences and divergences that permeate it. And in order to seek environmental balance, new forms of human-nature relationship have been thought of. The prevailing example in this regard is the discussion of economic, social and environmental development that brings to light the concept of sustainable development. Since ECO / 92, the historic milestone in the struggle for a less wasteful world, the debate around a sustainable development project has become part of the search for a socially and environmentally fairer society. Therefore, it is possible to verify the applicability of the concept of sustainable development presupposes not only the expansion of the dimensions to be contemplated (environmental, social, political, economic). However, there is a state stance, as an impartial institution that must defend collective interests over individual and economic interests, promote the integration of environmental public policies and public awareness, so that it can be developed with sustainability.

Keywords: Sustainable Development; Sustainability; Economical Development.

RESUMEN

La explotación indiscriminada de los recursos naturales contribuye al agravamiento de la precaria situación de calidad y mantenimiento de la vida en el planeta, que siempre se revela por los desastres naturales cada vez más presentes. Solo después de degradar mucho el medio ambiente, el hombre se dio cuenta de su relación de dependencia intrínseca con la naturaleza. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar los principales conceptos, definiciones, ideas, paradigmas y supuestos que subyacen en el desarrollo sostenible, destacando las convergencias y divergencias que lo impregnan. Y para buscar el equilibrio ambiental, se han pensado nuevas formas de relación entre la naturaleza humana. El ejemplo predominante a este respecto es la discusión del desarrollo económico, social y ambiental que saca a la luz el concepto de desarrollo sostenible. Desde ECO / 92, el hito histórico en la lucha por un mundo menos derrochador, el debate sobre un proyecto de desarrollo sostenible se ha convertido en parte de la búsqueda de una sociedad social y ambientalmente más justa. Por lo tanto, es

posible verificar que la aplicabilidad del concepto de desarrollo sostenible presupone no solo la expansión de las dimensiones a contemplar (ambientales, sociales, políticas, económicas). Sin embargo, existe una postura estatal, como una institución imparcial que debe defender los intereses colectivos sobre los intereses individuales y económicos, promover la integración de las políticas públicas ambientales y la conciencia pública, para que pueda desarrollarse con sostenibilidad.

Palabras clave: Desarrollo sostenible; Sostenibilidad; Desarrollo económico.

1 INTRODUÇÃO

Neste Artigo, a intenção é realizar uma revisão bibliográfico-integrativa fundamentada na abordagem qualitativa. Como tal, esta atividade visará estudar os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam o desenvolvimento sustentável. Desta maneira, possibilitar-se-á compreender as implicações mais importantes que se correlacionam a prática objetiva do desenvolvimento sustentável, sobretudo observando-se as convergências e as divergências que lhe permeiam.

No momento, já se tornou lugar comum falar nas grandes e rápidas transformações que se operam na economia em todo o mundo. Aliás, são ressaltadas as mudanças nas empresas, que passam a operar com tecnologia ultramoderna, aumentando a produtividade do trabalho ao tempo em que promovem alterações organizacionais que permitem mais flexibilidade para uma intensificação da competição. Em paralelo, discute-se, ainda, a menor capacidade de geração de empregos das economias nacionais e a redefinição das relações de trabalho, para conter novas conquistas trabalhistas e comprimir as antigas. Com a denominação genérica de globalização, procura-se citar também as estratégias mundializadas de grupos empresariais e a formação de blocos econômicos internacionais, visando a redução de barreiras intraregionais, mas, principalmente, objetivando uma redefinição de hegemonia na economia mundial.

Diante disso, apresentam-se as seguintes questões de pesquisa: No momento, é possível estabelecer alguma correlação entre o desenvolvimento sustentável e a globalização? Materializando-se isto, até que ponto o desenvolvimento sustentável possibilitará a construção de estratégias socioeconômicas aptas a reduzir a exclusão social, mediante o desenvolvimento regional? Será na construção de possíveis respostas para estas 2 (duas) indagações que todas as atividades subseqüentes deverão se consumir neste estudo. Isto se concretizará conforme a metodologia que mais adiante será descrita em uma seção própria. Sendo assim, o principal objetivo desta pesquisa é analisar os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam o desenvolvimento sustentável, destacando-se as convergências e as divergências que lhe permeiam.

Ainda, foram delineados como objetivos específicos: avaliar a correlação teórica que pode ser estabelecida entre a globalização e o capitalismo, explorando os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam estas duas tendências, que estão a se efetivar das mais variadas maneiras nas esferas econômicas e

sociais, em simultâneo; e compreender de que maneira o desenvolvimento sustentável se concretiza como uma nova forma de exclusão social, avaliando em paralelo se realmente os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que lhe fundamentam geram e retroalimentam exclusão social, materializando-se como um provável eufemismo teórico que se debruça sobre velhos problemas;

A priori, esta pesquisa se justifica pela relevância em compreender a maneira que ocorreram as mudanças socioeconômicas que se materializam pela prática dos principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que embasam o desenvolvimento sustentável. Portanto, como decorrência de tais mudanças e tendo-as como referência, discutem-se as legislações nacionais e internacionais que necessitam ser adaptadas à nova realidade. Especula-se sobre um futuro próximo em que as relações de emprego dariam lugar ao trabalho não regulamentado, reduzindo-se o antagonismo e consolidando-se uma parceria entre capital e trabalho. Relativiza-se a importância que sempre foi dada à questão da concentração da renda nas economias capitalistas.

Além disso, a exclusão social, devido à amplitude que alcançou em escala nacional e internacional, passa a ser o alvo de maior atenção da intelectualidade. Por sua vez, embora ainda não se constituindo em preocupação central, os movimentos ecológicos conseguiram trazer o meio natural para considerações antes não contempladas no debate econômico e, a partir da ECO-92, vincularam definitivamente a expressão desenvolvimento sustentável ao meio ambiente. Por isto, este artigo pretende discutir o desenvolvimento sustentável a partir da problematização destes elementos de mudança, principalmente questionando algumas tendências aceitas como definitivas e irreversíveis. Procura explicar que, se tais elementos já estão definitivamente consolidados ao invés de serem tendências passíveis de reversão, o desenvolvimento sustentável torna-se um discurso não só inexecutável, mas também vazio de conteúdo. Portanto, busca-se resgatar também o caráter político um posicionamento frente a uma realidade e, mais ainda, um projeto de mudança.

Quanto à apresentação do conteúdo, adota-se o seguinte percurso a partir da seção subsequente. Inicialmente, serão apresentados, definidos e contextualizados conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que embasam a metodologia que se segue nesta atividade de pesquisa;

No segundo momento, a intenção foi avaliar a correlação teórica que pode ser estabelecida entre a globalização e o capitalismo. A qual é possível explorando os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam estas duas tendências¹. Nas sessões seguintes, buscou-se compreender de que maneira o desenvolvimento sustentável se concretiza como uma nova forma de exclusão social, avaliando em paralelo se realmente os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que lhe fundamentam geram e retroalimentam exclusão social². Na ação derradeira desta pesquisa o intuito será cogitar as prováveis vantagens que poderão ser estabelecidas entre a prática da sustentabilidade econômica e social e o desenvolvimento regional. Isto será realizado pelo uso de estratégias que quiçá incitem

¹ Que, como já dito acima, estão a se efetivar das mais variadas maneiras nas esferas econômicas e sociais, ao mesmo tempo.

² Na prática, concretiza-se como um provável eufemismo teórico que se debruça sobre velhos problemas, sem resolvê-los, como já se cogitou aqui, na Introdução.

o combate adequado da exclusão social com maior frequência.

Seguindo o roteiro acima, possibilitar-se-á explorar todas as particularidades que são inerentes ao objeto que neste estudo se investiga. Aliás, isso será feito de tal maneira que a construção de respostas adequadas às questões de pesquisa poderá se suceder na conclusão do Artigo. Na prática, isto também facilitará o consolidar de uma visão teórica que circunda com o necessário rigor a teoria do desenvolvimento sustentável.

Em suma, estão são as principais ideias que são trabalhadas nesta atividade de pesquisa. Considerando os seus resultados imediatos, espera-se que sirvam pelo menos como um provável ponto de partida para outros estudos se que interessam por problemática mais ou menos semelhante ao que aqui se investiga.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo desenvolvido neste artigo é a revisão bibliográfica. Como abordagem de pesquisa, adota-se o horizonte qualitativo. Os estudos de revisão caracterizam-se pela apresentação, leitura, análise e compreensão dos paradigmas que norteiam o tema proposto. É uma atividade descritiva, pois explora os conceitos da problemática proposta apresentando as suas principais características.

O horizonte qualitativo caracteriza-se por uma abordagem de natureza indutiva. A indução é uma metodologia de estudo imprescindível em trabalhos de natureza bibliográfica. Assim se faz porque, mediante o seu uso, o pesquisador explora todas as possibilidades teóricas do paradigma circundante ao tema proposto, lendo, compreendendo e avaliando de maneira lógica e objetiva todas as ideias defendidas pelos autores utilizados na sua própria pesquisa (BARBOSA, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2007, 2010).

2.1 Método de Coleta de Dados

Coletar dados é fundamental para qualquer atividade de pesquisa. Como dados, define-se todo e qualquer material, independentemente de sua origem (física ou metafísica) necessário à compreensão correta da problemática estudada numa determinada atividade de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2007, 2010).

O método de coleta de dados que aqui se adota é a transcrição. Transcrever é coletar, mediante o meio apropriado, conceitos, ideias e paradigmas que caracterizam um tema em particular. A transcrição não se faz ao acaso, ou seja, de qualquer jeito, pois este agir não condiz com os princípios básicos da Ciência. Sendo assim, para realizá-la, é importante ler e compreender bem, *a priori*, textos teóricos que se dedicam à problemática proposta. Feito isto, é possível selecionar as ideias que melhor se enquadram ao equacionamento da pergunta de pesquisa. Inclusive eleger de maneira incoerente as ideias impossibilita a validade teórica e prática de qualquer pesquisa (BARBOSA, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2007, 2010).

2.2 Método de Análise de Resultados

O método de análise de resultados adotado neste artigo é o teórico-indutivo. Com esta ferramenta em uso, apresentam-se considerações pertinentes à problemática

proposta, de tal modo que todas as suas características e particularidades são compreendidas por completo.

O método teórico-indutivo caracteriza-se pela leitura dos dados vislumbrados na fase de investigação mediante os paradigmas que norteiam a problemática proposta. Ou seja, reconhecendo os conceitos e as ideias que embasam o tema estudado, o investigador analisa os resultados que vislumbra no seu experimento, de tal jeito que convalida ou refuta, caso se faça necessário, os conceitos que sustentam o arcabouço teórico do tema estudado na sua própria pesquisa (BARBOSA, 2010).

2.3 Método de Apresentação dos Resultados

A apresentação dos resultados de uma pesquisa é coroamento de todas as ações realizadas. Mediante o seu uso, o pesquisador poderá propalar as suas considerações sobre o tema investigado, auxiliando, ao seu modo, no reforço do saber (MARCONI & LAKATOS, 2007, 2010).

O método adotado para a apresentação dos resultados desta pesquisa é o ensaio. O ensaio caracteriza-se pela apresentação e pela análise crítica das ideias que permeiam a problemática proposta, de tal maneira que explorará todas as possibilidades teóricas do tema investigado. Neste tipo de procedimento, o investigador precisa apresentar domínio pleno de todos dos conceitos do tema investigado. Ao lado disto, ele também carece de senso crítico para construir, com argumentos consistentes, as suas próprias argumentações. Agindo assim, o problema de pesquisa é resolvido como se deve, pois, todas as argumentações apresentadas são lógicas e consistentes (BARBOSA, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2007, 2010).

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REVISTANDO UM CONCEITO

Para compreender melhor um conceito, é fundamental saber as premissas históricas que o construíram. Van Bellen (2002) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável se originou do debate mundial acerca do conceito de desenvolvimento. Porém, por muito tempo a ideia de desenvolvimento era diretamente ligada à quantidade de crescimento econômico, a necessária dependência entre eles.

Nessa concepção, uma nação desenvolvida seria aquela economicamente produtiva, e seu desenvolvimento seria medido unicamente pelo número de sua produção, representado pelo Produto Interno Bruto. Porém, o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que o crescimento econômico, pois ele “engloba não apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do Produto Interno Bruto, mas também a natureza e a qualidade deste crescimento” (PINTO, 2007, p. 13). Ou seja, para medir a qualidade do desenvolvimento importa verificar a qualidade de vida da população, tanto aspectos sociais como ambientais.

Nas concepções de Sachs e Vieira (2007), o conceito de desenvolvimento incorpora aspectos éticos, políticos, sociais, ecológicos, econômicos, culturais, e territoriais, que são relacionados e formam o todo. Nesse contexto, para existir desenvolvimento, o crescimento econômico é considerado necessário, mas não é capaz de expressar todas as necessidades da sociedade. Binswanger (2002) critica a desconsideração dos recursos naturais e dos impactos ambientais na avaliação do

crescimento econômico, cuja equação é composta apenas de capital e trabalho humano:

É como se alguém tentasse fazer um bolo usando a receita simples: primeiro, pegue um vasilhame e uma colher (o capital) e então comece a mexer (o trabalho) por um tempo prescrito. Quando você terminar, o resultado disso será chamado de bolo. O que, naturalmente, estará longe da realidade. O que acontecerá então? Na verdade, nada! Sem farinha de trigo, ovos e açúcar ninguém será capaz de fazer um bolo. O mesmo serve para a economia como um todo. Sem a natureza – ou mais exatamente: sem matéria vinda de recursos naturais – nada pode ser produzido (BINSWANGER, 2002, p. 43).

O mesmo autor afirma que a economia “não pode mais contar com dádivas da natureza”, pois esses recursos devem ser administrados com maior aproveitamento possível. Assim, a economia atual “depende de um processo corrente de desinvestimento de capital natural, o qual provoca uma perda irreversível de substância ecológica e uma crescente desutilidade”, para construir uma economia mais sustentável (BINSWANGER, 2002:46).

Pinto (2007:15) observa que o desenvolvimento na verdade é fruto de um “programa em longo prazo”, pois países que apresentam momentaneamente o crescimento econômico alto, porém possuem indicadores sociais baixos, não conseguirão manter o crescimento econômico por muito tempo. Cavalcanti (2012) afirma que não existe crescimento sustentável, pois na natureza processos de crescimento contínuo terminam em desastres naturais, ou seja, nada cresce para sempre, porém o desenvolvimento sustentável pode acontecer eternamente. Pois o “crescimento significa necessariamente esgotamento de recursos, destruição de alguma coisa do meio ambiente”, e é interessante observar que o crescimento econômico como conhecemos hoje “só começou a acontecer nos últimos 250 anos”.

Portanto “não existe nenhum exemplo de sociedade desenvolvida que seja ecologicamente sustentável”, “foram às sociedades indígenas no Brasil que tinham 12.000 anos de existência quando os portugueses chegaram aqui” (CAVALCANTI, 2012:36).

Diante do exposto, acredita-se que desenvolvimento é provavelmente um dos conceitos mais utilizados e que mais sofre manipulações na economia política. Significando aumento do produto per capita acompanhado de melhoria das condições de vida da população do país é, em princípio, o objetivo último de qualquer governo e razão para a formulação de políticas econômicas e mais variadas e até contraditórias.

Não se está negando a defesa de interesses específicos dos diversos grupos econômicos nos aparelhos de Estado, nem as distintas visões e orientações que os governantes transitórios possam ter a respeito do caminho a seguir em cada circunstância e os privilégios de grupos ou setores em determinada conjuntura.

A afirmação de que se trata do norte de qualquer governo procura eliminar, de pronto, a visão distorcida de que alguns grupos políticos visam necessariamente o mal e pretendem, além de atender seus interesses, manter a população do país excluída de qualquer benefício. Em outras palavras, busca apenas reduzir a subjetividade à sua dimensão marginal, não sendo foco central de análise.

Ao falar em desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) resgata duas questões centrais a se pensar no agravante ambiental, referente à questão da explosão urbana e a outra sobre a situação do meio rural.

Com relação à explosão urbana, Sachs (1993) diz que essa é uma das

características mais importantes da nossa época. O autor argumenta que nas primeiras décadas do século 21, a população de baixa renda será a nova maioria da população mundial. Os pobres urbanos são as principais vítimas da destruição ambiental, já que vivem na miséria, sujeitos tanto à poluição da pobreza quanto aquela que se origina do estilo de vida esbanjador das elites urbanas. Há proliferação de guetos infra-urbanos, o agravamento dos processos de exclusão e segregação social associado ao desemprego crônico. Sem negar que a urbanização acompanha e alimenta o progresso econômico, social, cultural dos países com predomínio agrícola, seus impactos estão longe de ser apenas positivos.

No que se refere à questão no meio rural, Sachs (1993) explica que a natureza dos problemas nesse âmbito é de ordem política e institucional, relacionando-se à desigualdade na posse de terras, a falta de programas adequados de reforma agrária, a privatização de bens comuns, a marginalização dos povos da floresta e, ainda, à exploração predatória dos recursos naturais.

É certo que a melhoria das condições de vida em geral pode ser, e geralmente é sacrificada quando se torna entrave à realização de interesses específicos dos grupos dominantes do aparelho de Estado. Neste sentido, um projeto de desenvolvimento nada mais é do que a tensão que se estabelece entre objetivos de longo prazo e interesses imediatos dos diversos grupos que detêm alguma parcela de poder na sociedade.

Como decorrência de tal tensão é que surge a necessidade de se expressar a subjetividade dos variados agentes do Estado e da sociedade, através da manipulação do conceito de desenvolvimento. Ora utilizando-o como decorrência automática do crescimento econômico, sem qualquer consideração quanto à questão da redistribuição de renda, através de qual se obtém a melhoria das condições de vida da população, ora como maior integração ao comércio internacional, sem levar em conta que no período mais rígido da era colonial o país comprava e vendia relativamente às dimensões da sua economia, muito mais do que na atualidade.

Mais recentemente, vem sendo identificado com a modernização dos métodos produtivos e organizacionais (ZULLO; DUARTE, 2012) em busca da mais eficiência no processo de acumulação que, em muitos casos, fragiliza as relações de trabalho, reduz os salários reais e destrói outras conquistas sociais, degradando ainda mais as condições de vida da população através da intensificação do nível de concentração de renda.

O conceito de desenvolvimento pode ser manipulado inclusive, para negar o seu verdadeiro conteúdo contemplado na sua dimensão social, a melhoria das condições de vida da população. Isto o distingue dos conceitos de crescimento, progresso, modernização ou industrialização. Todos estes, sem dúvidas, se constituem em condições necessárias, mas não suficientes para se obter aquele que é o objetivo maior.

Acrescido do adjetivo sustentável, o desenvolvimento, até o início da década de noventa, teve seu significado restrito à dimensão socioeconômica, buscando expressar em certo patamar de crescimento econômico e condições de vida da população, considerados favoráveis e permanentes. O patamar alcançado de crescimento e bem-estar seria assim permanente, porque as bases econômicas atingidas traziam, no seu interior, o potencial de poder se reproduzir.

Embora a dimensão ambiental já estivesse presente antes, ocasionalmente sendo identificada com a perenidade dos patamares de bem-estar alcançados, só a partir da ECO-92 o desenvolvimento sustentável se consolidou enquanto expressão de uma

preocupação de permanência mais longa no tempo em que se torna crucial a preservação das condições naturais sobre as quais se busca obter a melhoria das condições de vida da população. (BATISTA *et al* 2005)

Passa a ser entendido como uma relação de compromisso intra e intergerações em que a atual, além de garantir a melhoria de sua própria qualidade de vida, procura manter as condições naturais, para permitir que o mesmo ocorra no futuro. De qualquer forma o desenvolvimento sustentável ainda aparece, alguns discursos governamentais, como a reprodução apenas das condições estritamente econômicas, confundindo-se com a noção de crescimento em que não só o meio ambiente, mas também as condições sociais mais favoráveis são sequer contempladas.

3.1 Globalização: A Nova Roupagem do Capitalismo?

O discurso da sustentabilidade frente à globalização, já em si carente de rigor conceitual e mesmo contaminado pela subjetividade dos seus autores, incorpora a ideia de economia de mercado único como um dado definitivo e imediato e não como uma tendência possível, mas não inexorável. Mais grave ainda, a globalização, enquanto difusão ideológica é retocada no sentido de parecer um processo sem contradições e sem restrições à mobilidade de fatores e que possibilita a plena realização de todas as utopias.

Passa então a ser supostamente anacrônico o pensamento que não identifica a globalização (aqui entendida no seu sentido mais amplo e vulgar, como sociedade global, mundialização das relações comerciais ou regionalização econômica mundial em blocos que disputam a hegemonia) como um processo pacífico, de adesão voluntária e sem perdedores. Entretanto, sabe-se que os competidores têm forças desproporcionais, não só nas altas esferas internacionais, mas também ao nível das regiões periféricas expostas à mundialização da concorrência.

No mundo dessa globalização sem contradições, a competição vigorosa e a busca de hegemonia, que já brindaram a humanidade com duas guerras mundiais, não podem ser questionadas sob pena da identificação do pensamento crítico como oposição ideológica à globalização, vista como materialização do bem e a realização do melhor dos ideais.

Neste sentido, pouco ou nada se fala da China, provavelmente a única potência emergente da atualidade que parece não se dobrar a perspectiva de ser apenas mais um tigre asiático sob a hegemonia japonesa.

A postura daquele país põe em evidência as tensões e conflitos, *a priori* desconsiderados na ideologia da globalização. Outro complicador é o fato de os chineses virem se tornando competitivos internacionalmente, com um padrão tecnológico ainda intensivo em mão-de-obra e uma fortíssima presença estatal na economia (IPEA, 2011). Este fato contraria o discurso dos defensores da competitividade máxima, baseado no “Estado mínimo” e na máxima flexibilidade nas relações de trabalho, “emprego mínimo”. Estes parâmetros são considerados bem-sucedidos no ocidente e, em parte, no Japão. De qualquer forma a emergência da China ainda não é um fato consolidado, podendo não se concretizar como um novo pólo hegemônico. Isto faria da sua fase atual apenas uma exceção que comprovaria a tese globalista e neoliberal. Será? Os próximos dez ou vinte anos serão cruciais para

comprovar uma ou alternativa.

Outra consideração sobre os aspectos ideológicos embutidos no discurso da globalização está relacionada com o seu caráter excludente. Não é verdade que as economias nacionais estão todas abertas e receptivas à concorrência de qualquer novo ou velho parceiro. A globalização, em qualquer dos sentidos já atribuídos a esta expressão, não é uma festa para todos como aparece no discurso. A eliminação de alguns ramos e profissões é inerente ao próprio processo produtivo que, em qualquer época, incorpora novas tecnologias e torna obsoletas as mais tradicionais, desqualificando produtos e atividades. Além disso, a chamada globalização deve ser vista como um processo que é negativamente diferenciado para algumas regiões, tende a redefinir a importância relativa dos setores econômicos e induz o desemprego em geral.

Muitas regiões, principalmente aquelas situadas fora dos chamados grandes blocos, frente a este processo de interação forçada à economia globalizada, terão que suportar uma forte concorrência nos seus já limitados mercados internos, muito maior que suas capacidades de vendas de produtos nas economias centrais (IPEA, 2011). Não se trata, portanto, de uma elevação da periferia à competição mundial, mas expô-la a uma concorrência desvantajosa na esperança de efeitos indiretos positivos.

Pretender que o capitalismo, na sua fase atual de expansão, deixe de ser essencialmente concentrador e centralizador também regionalmente, não é fruto de desconhecimento já que vários trabalhos vêm alertando neste sentido. Trata-se mais da tradicional tendência de querer queimar etapas, como se o alinhamento dos países periféricos às economias centrais decorresse apenas de um ato de vontade unilateral, podendo ser alcançado sem o percurso de um longo caminho para o qual alguns pressupostos são imprescindíveis.

Por outro lado, cresce desproporcionalmente a importância dos serviços em relação aos setores de produtos, o que não é somente um indicador de um novo padrão de produção e consumo, mas a redefinição de exigências quanto ao novo tipo de mão-de-obra, agora necessariamente menos especializada e mais generalista (NASIHGIL; DUARTE, 2015). Esta última, além da necessidade de requalificação quase permanente, vê-se na contingência de enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais desprotegido de normas permanentes e com organizações sindicais fragilizadas, na medida em que o mundo do trabalho, ao invés de aumentar sentido corporativo, se torna predatoriamente competitivo inter e intragrupos e categorias profissionais. O crescimento exagerado da informalidade nas relações de trabalho seria apenas um primeiro passo para uma desregulamentação mais generalizada.

Como se trata de algo que também ocorre nos países centrais, há uma tendência a se aceitar que, sendo mundial, resta-nos a condição de adaptação a esta espécie de “fatalidade de século”. Pela primeira vez na história do capitalismo, o rápido crescimento da produtividade deixa de ser motivo de luta por mais conquistas sociais e, de certa forma, varresse o problema da exclusão social para debaixo do tapete na busca de alternativas para a redução de direitos sociais.

A flexibilização aparece, como o próprio significado da palavra indica, em oposição a uma suposta rigidez das relações de trabalho, identificada esta como excesso de garantias trabalhistas (NASIHGIL; DUARTE, 2015). Nenhuma das suas alternativas abre perspectiva de ganhos para a força de trabalho que, direta ou indiretamente, implicaria uma melhor distribuição e conseqüente melhoria das condições de vida em

geral. Ironicamente, o desenvolvimento tecnológico que aumenta a capacidade humana de produzir não se reflete em benefícios sociais, mas no seu oposto.

Portanto, o que se chama genericamente de globalização não vem se mostrando favorável para muitas regiões do planeta. A capacidade dos grandes grupos empresariais de traçar estratégias mundiais não pode ser vista como o fim dos Estados nacionais e, conseqüentemente, das aspirações de desenvolvimento para a maioria das regiões do mundo. O que acontece atualmente é uma intensificação das relações econômicas em nível internacional. Porém, se a mundialização se confirmar no futuro como a consolidação de uma sociedade global, altamente tecnificada e cooperativa, mesmo assim não pode ser compreendida como substituta da aspiração de um projeto nacional que objetive a melhoria das condições de vida das populações em cada país. Até mesmo a maior ou menor integração de uma nação ao mercado mundial só deve ser empreendida a partir deste objetivo maior. Caso contrário, abandonar-se-á a aspiração de algo já alcançado por outros países, em troca de uma expectativa que apenas se esboça no cenário mundial como uma idealização mais favorável.

Vale lembrar ainda que a aglutinação de países em blocos regionais tem viabilizado principalmente, ou pelo menos com mais vantagem, as economias nacionais que antes alcançaram maior nível de bem-estar social. Se este fato nada comprova, pelo menos é um indício de que a globalização é melhor para os países que atingiram um determinado grau de desenvolvimento e seria impensável, mesmo para o globalismo mais ideológico, supor uma melhoria geral das condições de vida a partir da aglutinação de economias periféricas. Isto pode ser mais bem compreendido quando se observa as limitações dos chamados mercados regionais intermediários, tipo Mercosul, fora dos blocos centrais da economia mundial.

3.2 A Nova Forma da Exclusão Social

Como foi visto acima, o conceito de desenvolvimento é indicativo de melhores condições de vida da população em geral. Isto não significa igualdade no padrão de distribuição de renda, apenas que os extratos mais baixos devem ter um patamar mínimo de receita que permita o acesso à alimentação, educação, saúde, moradia e lazer, capaz de se refletir em indicadores sociais favoráveis. Também não elimina a exclusão social de parte da população, que não dispõe sequer do nível mínimo de renda para a satisfação de suas necessidades básicas. Uma parcela permanente de desempregados demonstra a contradição da sociabilidade capitalista.

Desta forma é possível afirmar que, além das desigualdades de renda, o capitalismo pressupõe, para parcelas dos trabalhadores, a sua exclusão dos mercados de trabalho e de consumo. A diferença fundamental entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, portanto, não é a existência de pessoas empregadas, mas as dimensões em que isso ocorre. Nos países desenvolvidos a desigualdade de renda é menor e os níveis de remuneração mínima são mais elevados.

Os países subdesenvolvidos se caracterizam por elevadas concentrações dos rendimentos de renda mínima, para a maioria dos empregados, insuficiente para manter as condições de sobrevivência. Isto ocorre no Brasil onde o custo da cesta básica de alimentos gira em torno do valor do salário mínimo, que não cobre as necessidades de transporte, saúde, educação, moradia, entre outros itens (CARDOSO JÚNIOR, MUSSE,

2014). Por outro lado, nos países subdesenvolvidos, além do número de desempregados ser proporcionalmente maior, os sistemas de assistência social são excessivamente precários, tornando a miséria mais evidente.

Pela primeira vez na história do capitalismo, o rápido crescimento da produtividade deixa de ser motivo de luta por mais conquistas sociais e, de certa forma, varre-se o problema da exclusão social para debaixo do tapete na busca de alternativas para a redução de direitos sociais. A flexibilização aparece em oposição a uma suposta rigidez das relações de trabalho, identificada esta, como excesso de garantias trabalhistas.

A exclusão social tradicional, temporária, que facilita a rotatividade da mão-de-obra ou a incorporação de um maior contingente em momentos pontuais, como na fase originária da industrialização, preocupava principalmente os marxistas e sindicalistas em geral, já que a existência do exército de reserva estabelecia uma concorrência entre os assalariados pelos postos de trabalho, tornando-se fator de compressão dos salários. Porém, mesmo entre os contestadores do capitalismo, a maior ênfase sempre foi para a desproporcionalidade na distribuição do produto entre as classes sociais.

No Brasil, só a partir da década de setenta publicam-se alguns estudos como reflexos de uma preocupação maior com aquele fenômeno antigo, mas que começava a se ampliar. Porém aquilo que na América Latina parecia apenas um temor de parte da intelectualidade, além de se concretizar, cresceu em dimensão e ampliou-se para outras regiões do mundo. Mais do que isto, modificou-se negativamente na medida em que deixou de ser temporária e rotativa para ser permanente e definitiva.

Esta exclusão social de novo tipo, em que não se trata mais de exército de reserva passível de ser integrado ao mercado de trabalho, é constituída de uma massa de pessoas absolutamente desnecessárias ao processo de acumulação, tornando-se um dos subprodutos indesejáveis da nova rearticulação do capital na esfera mundial. Embora não seja um fenômeno localizado nem próprio dos países subdesenvolvidos, é nestes que isto ocorre de forma mais intensa. Este fato de dá não somente porque a maior parcela da mão-de-obra é desqualificada para as tecnologias mais modernas e que passaram a estar disponíveis, como também pela reordenação administrativa das empresas. Além disso, se reflete mais intensamente nas sociedades em que o contingente de excluídos do tipo antigo, esteve sempre presente e em grande escala. No Brasil, a estagnação econômica na década passada contribuiu para que exclusão social passasse a integrar definitivamente a pauta de discussões nos próximos anos.

O novo tipo de excluído social não pode ser visto apenas como ameaçador, marginal, cuja presença incomoda e requer medidas preventivas e repressivas da sociedade integrada aos mercados de trabalho e de consumo. Não sendo mais uma característica do processo de acumulação, deve-se buscar alternativas para a inclusão de tais grupos aos mercados, se não por outros motivos até mesmo porque as suas dimensões transcendem, em muito, a possibilidade de mantê-los afastados das pessoas e dos bens materiais daqueles que estão integrados.

O aparente fatalismo com que algumas questões são enceradas não é fruto apenas de desinteresse. Para não se aprofundar na discussão sobre a excessiva concentração de renda e a exclusão social, admite-se, de pronto, que está comprovado que o capitalismo não consegue resolver o problema das desigualdades. A derrubada dos muros ideológicos da guerra fria atribuída apenas á imaginação dos supostos ou verdadeiros

inimigos da liberdade empresarial. Mas, ao mesmo tempo, com ela busca-se isentar os governantes pelo excessivo desemprego e péssima distribuição de renda. O capitalismo, nesta perspectiva, é visto como um fim último da humanidade, uma espécie de tendência natural e não como um sistema social finito, passível de mudanças parciais e até mesmo de extinção, já que os modos de organização social historicamente foram transitórios.

Na fase atual, de fuga do enfrentamento da exclusão enquanto problema social, as forças sociais hegemônicas supõem um tipo de Estado forte apenas promover ao máximo a desregulamentação das relações de trabalho e reduzir impostos para compatibilizar os custos empresariais com uma concorrência mais acirrada. Não comportaria, assim, mais nenhum nível de planejamento, limitando-se o desenvolvimento o mero crescimento da produção adaptado a um mercado consumidor numericamente mais restrito, de maior poder aquisitivo e também mais exigente quanto à padronização e qualidade dos produtos e serviços. Se não caberia ao Estado enfrentar a questão da exclusão social, menos ainda poderia promover qualquer política distributiva. Esta, aliás, sempre foi escamoteada, na melhor das hipóteses, para um futuro distante e supostamente como decorrência natural do crescimento da economia.

3.3 Sustentabilidade: Um Novo Conceito para Velhos Problemas

A sustentabilidade, enquanto perspectiva de manutenção de tal concepção de desenvolvimento não justifica. A redução das desigualdades sociais, que é crucial nos países subdesenvolvidos, é prejudicada desde a distorção do conteúdo social do conceito de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a sustentabilidade não enfatiza a equidade social na medida em que se consideram razoáveis as condições gerais de vida de suas populações. Como tais condições de desenvolvimento foram alcançadas com excessiva pressão sobre o meio físico, a dimensão ambiental tende naturalmente a ser mais ressaltada. Decorre daí uma das questões políticas mais polêmicas, quando se supõe que os movimentos ambientalistas nos países subdesenvolvidos teriam um caráter retrogrado, por renunciar à melhoria das condições de vida para preservar a natureza intocada.

É evidente que se trata de um falso dilema. Loiola (2004, p. 827) “Nenhum grupo social renunciaria à melhoria de suas condições de vida para evitar alterações no meio ambiente”. Da mesma forma, “a atual geração não estaria preocupada em preservar o bem-estar social para seus descendentes” (LOIOLA, 2004, p.827), caso não admitisse a possibilidade de alcançar tal benefício também no presente. A questão ambiental, como uma das dimensões voltadas para a melhoria das condições de vida, só está na pauta de discussão porque se reconhece que existem alternativas de melhoria sócio-econômica com menor degradação da natureza a até com menor custo no longo prazo. Este último fator, e não qualquer outra razão subjetiva é o determinante para que alguns grupos empresariais busquem trabalhar com tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

É claro que neste aspecto surge um conflito no âmbito das empresas privadas, pois os investimentos em tecnologias mais limpas, e até mais rentáveis, podem não ser atrativos em determinadas oportunidades. As decisões tomadas no âmbito privado podem, portanto, “não ser as mais recomendáveis para a permanência da própria

atividade econômica no longo prazo” (LOIOLA, 2004, p.828). Compare-se o confinamento e a extensividade na pecuária, para ficar apenas em um exemplo.

O padrão extensivo, embora sabidamente menos rentável e mais depredatório do meio ambiente, pode ser mais atrativo na existência de terras baratas e consumidores pouco exigentes, como no caso do Brasil. O estímulo à pecuária extensiva está na possibilidade de ser pouco exigente em capital e este pode ser direcionado para outros investimentos. É diante da constatação de que a iniciativa privada, por si só, não pode ser promotora do desenvolvimento sustentável, que se torna imprescindível discutir o papel do Estado para que a melhoria das condições de vida e a preservação e conservação ambiental possam prevalecer de forma complementar e sem antagonismo com a lucratividade empresarial.

O desenvolvimento sustentável requer uma redefinição do papel do Estado, numa perspectiva diferente daquela que postura- o encolhimento de suas funções. É certo que não se deve esperar que seja o Estado o único agente promotor dos investimentos. Também é imprescindível resgatar a sua função de regulador dos conflitos de interesses voltados para o bem-estar social, sob pena de possibilitar que a agilidade das decisões dos agentes privados se converta em maior concentração de renda e nenhuma atenção á questão ambiental. Em outras palavras, a melhoria das condições de vida atual e das gerações futuras requer a presença do agente público para que a perspectiva de acumular lucros no curto prazo, característica dos empreendimentos privados, esteja comprometida com a melhoria das condições de reprodução da força de trabalho e do meio ambiente de forma permanente. Para tanto, é vital que o nível de remuneração seja bem mais elevado do que o atual e que o meio natural não seja degradado a ponto de eliminar inclusive o seu uso econômico ao longo do tempo.

Na fase atual, as forças sociais hegemonia supõem um tipo de Estado forte apenas para promover ao máximo a desregulamentação das relações de trabalho e reduzir impostos para compatibilizar os custos empresariais com uma concorrência mais acirrada.

Esta visão não é incompatível com o processo de acumulação capitalista na medida em que a remuneração do trabalho é destinada quase exclusivamente ao mercado consumidor, no qual o empresário realiza suas mercadorias e concretiza o lucro que deve ser acumulado. Por outro lado, difere do tipo de ação estatal que vigorou até o final dos anos setenta, baseado em isenções fiscais, subsídios e instalação de infraestrutura, que tornava possível planejar e programar metas físicas e até a localização dos investimentos. A contribuição do poder público não pode mais ter como base a pura e simples intervenção e o controle das tomadas de decisão.

O reforço da economia de mercado, a ampliação da participação da sociedade e a própria crise financeira do Estado exigem que este centralize suas ações apenas quando se trata da formulação de diretrizes para o desenvolvimento, abrindo a execução á ampla participação da sociedade. Enfim, que o Estado modifique seu estilo protetor e autoritário. Sua ação regulatória deve subordinar o crescimento da riqueza material á redução das desigualdades sociais e à proteção da natureza. O seu papel, mais de orientador, deve abrir espaços à negociação a fim de que o crescimento econômico não leve à exclusão social e á degradação ambiental. Só assim democracia, equidade e ecologia podem ser preservadas enquanto valores permanentes do desenvolvimento

sustentável.

A iniciativa privada, por si só, não pode ser promotora do desenvolvimento sustentável, tornando-se imprescindível discutir o papel do Estado para que a melhoria das condições de vida e a preservação e conservação ambiental possam prevalecer de forma complementar e sem antagonismo com a lucratividade empresarial.

Isso requer um novo espaço político-institucional adequado, que possibilite, de um lado, ampla participação da sociedade, não do ponto de vista do discurso, como tem sido utilizada esta expressão, mas de fato. Por outro lado, uma maior eficácia na ação do poder público que não pode ser confundida apenas com economia de recursos. Mais importante do que a redução dos gastos, até mesmo contrariando-a quando necessário, é fundamental que as ações tenham como referências critérios de eficiência e prioridade técnica e que sua necessidade seja compartilhada pelo público ao qual se destina. Neste sentido, um novo espaço político institucional pouco tem a ver com órgãos públicos específicos, quanto à sua criação, extinção ou reforma, mas com uma nova postura do Estado, e principalmente da sociedade, na busca de alternativas e escolha de cenários futuros desejáveis, em meio a um período de transição pouco claro.

Para tanto é fundamental uma profunda mudança também na postura das organizações da sociedade civil. Não será o Estado, por menos autoritário e paternalista que venha a ser o promotor da participação social e do exercício da cidadania. Os grupos organizados que efetivamente participam deverão ter um papel decisório e mesmo executivo de algumas ações públicas em um processo de desenvolvimento sustentável diferentemente do tipo de entidades tradicionais concebidas pelo próprio poder público para receber ações compensatórias dos órgãos governamentais. Este tipo de organização deverá continuar existindo para um horizonte de tempo que deve ser definido da mesma forma que as ações estatais de caráter mais assistencial, para prover a subsistência de parcelas residuais da população que continua a á margem dos benefícios sociais do desenvolvimento. Porém as organizações que efetivamente deverão se integrar ao processo serão aquelas autônomas e capazes de decidir, frente às alternativas técnicas o caminho a ser percorrido para atingir um cenário desejável para o futuro. Para tanto, deverão ter capacidade de identificar os problemas da comunidade em geral e a contribuição que deve ser dada pelos grupos específicos.

Nesta perspectiva e planejamento deverá abandonar a postura técnico-política que contempla o diálogo entre Estado e sociedade, no sentido de construir uma unidade conceitual. Também busca na sociedade, principalmente entre suas elites organizadas, além da unificação da linguagem, uma compatibilização dos conteúdos técnicos com a ação política. A aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe não só a ampliação das dimensões a serem contempladas, mas, também, uma postura diferente na relação entre governantes e governados.

3.4 Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional

No sentido acima exposto, é reforçado ainda mais o caráter política do planejamento na medida em que tais mudanças de postura não podem ocorrer através de rupturas bruscas, mas de um processo de negociações para a obtenção de consensos parciais. O desenvolvimento regional sustentável segue estes mesmos parâmetros gerais. É a busca de melhoria de condições de vida em uma área delimitada dentro de

um espaço maior, para eliminação das desigualdades.

Também neste aspecto deverá ser reforçada a necessidade de um consenso nacional, a partir da mobilização da sociedade regional, para a promoção do desenvolvimento como aspiração e tarefa de uma nação. É claro que a promoção do desenvolvimento regional não tem que seguir o mesmo padrão do que ocorreu nos espaços econômicos centrais. Estar na periferia tem a única vantagem de um aprendizado a partir do modelo equivocado de desenvolvimento brasileiro. Isto, de certa forma, significa um rompimento com a visão tradicional, de que para se obter os mesmos níveis de bem-estar social basta promover as mesmas atividades econômicas para as diversas regiões de um país.

O desenvolvimento sustentável requer, além de uma postura política, uma compreensão da especificidade de cada região para potencializar seus recursos, avaliar os riscos de as atividades serem empreendidas em relação ao meio ambiente, as aspirações da sociedade e o potencial de compromisso de suas classes dirigentes e de seus governantes (RAYNAUT; ZANONI; LANA, 2018).

A partir de tais componentes é possível ter um projeto de mudança que é técnico apenas na formulação de estudos, projetos e projeção balizadoras da realidade, mas essencialmente político, por ser a expressão de um cenário desejado pelas pessoas que vivem e age na própria região. É regional porque destinado a um espaço delimitado e também porque é fruto das aspirações e do empenho dos agentes sociais regionais, que devem decidir o que pretendem e como estão dispostos a realizar.

4 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfico-integrativa fundamentada na abordagem qualitativa.

Além disto, esta atividade também visou estudar os principais conceitos, definições, ideias, paradigmas e premissas que fundamentam o desenvolvimento sustentável. Por consequência, possibilitou-se compreender as implicações mais importantes que se correlacionam a prática objetiva do desenvolvimento sustentável, principalmente observando-se as convergências e as divergências que lhe permeiam.

Devido à novidade dos temas tratados, menos que conclusões é possível apontar alguns tópicos para reflexão. O primeiro sem dúvida é afirmar que, se é insensatez desconhecer as profundas alterações representadas pela tendência à globalização, postular a possibilidade de melhoria das condições de vida das nações não-participantes da nova regionalização hegemônica não se constitui em nenhuma heresia. Se for fundamental reconhecer as diversas tendências que se expressam na atualidade, isso não deve levar ao comodismo de aceitá-las como fatos consumados.

Como decorrência da primeira reflexão é possível fazer especulações mais específicas a respeito das tendências mundiais. A assimilação de que o desenvolvimento é crescimento econômico com melhoria das condições de vida, implica o reconhecimento de que ele é o oposto da concentração da renda e da exclusão social e, mais ainda, do tipo de exclusão mais recente, que tende a ser permanente e cresce em dimensões no mundo. Aceitar tais tendências como definitivas implica o reconhecimento da impossibilidade do desenvolvimento e até mesmo de um possível

retrocesso nos padrões de bem-estar social já alcançado em alguns países. Pior do que imaginar que vivemos o fim da história é reconhecer tal fatalismo, que contraria inclusive a própria ideologia globalista. A globalização sendo portadora de tais subprodutos não levava à melhoria, mas à degradação das condições de vida das populações do planeta, caminhando assim pela contramão do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável requer, além de uma postura política, uma compreensão da especificidade de cada região para potencializar seus recursos, avaliar os riscos das atividades a serem empreendidas em relação ao meio ambiente, as aspirações da sociedade e o potencial de compromisso de suas classes dirigentes e de seus governantes.

Aceitar a possibilidade de melhoria das condições de vida das populações dos diversos países e regiões é acreditar que o desenvolvimento permanente pode ser alcançado sem agressões irreparáveis ao meio ambiente. Isto pressupõe o reconhecimento da existência de tensões e conflitos entre os mais variados grupos e agentes sociais, o que leva a outras reflexões, tanto com relação aos variados níveis de sustentabilidade de cada projeto, quanto pela sua maior ou menor capacidade de inclusão das pessoas marginalizadas dos mercados de trabalho e de consumo.

A atual apatia dos integrados aos mercados diante da exclusão social poderá ser alterada quando um contingente ainda maior for colocado na fronteira de desemprego através das chamadas formas de flexibilização das relações de trabalho, levando os teóricos da lealdade e cooperação entre capital e trabalho a compreender que, quando se trata de relações sociais, quase nunca uma reta é o menor caminho entre dois pontos.

Por fim, uma reflexão também sobre o novo papel de Estado. Ao se constatar a drástica redução da disponibilidade de recursos governamentais, costuma-se falar da “falência do Estado” com um duplo sentido. De um lado a incapacidade de investimentos públicos significativos e, de outro, a suposta falta de função do mesmo mundo globalizado, onde as nações seriam apenas uma referência cultural, tornando sem sentido a autonomia econômica dos grandes grupos empresariais.

Da mesma forma que as grandes decisões de investimento torna-se quase que exclusivamente de caráter privado, o Estado continuara assumindo a sua função básica de garantia da reprodução do sistema econômico em longo prazo, acima da vontade dos empreendedores capitalistas específicos. É neste sentido que o conceito de sustentabilidade passou a ter maior relevância, na medida em que dá prioridade à preservação das condições de produção, seja do ponto de vista ambiental, seja referente à reprodução da força de trabalho. Permanecem o papel regulatório do Estado e a necessidade de negociação com a sociedade, mais especificamente, com as elites dirigentes, fora das instituições públicas. Por sua vez, Estado e sociedade passam a ser responsáveis pela descentralização da execução dos serviços públicos e a dimensão política do planejamento, exigindo o rompimento da tradição histórica baseada na suposição de projetos técnicos neutros, pelo Estado provedor e a sociedade passiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Flávio Alves. **Descomplicando o Complicado**: Aprendendo a Fazer uma Monografia em Três Dias. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.

BATISTA, Eliezer et al. **Caminhos da sustentabilidade no Brasil**. São Paulo: Terra das Artes, 2005.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; MUSSE, Juliano S. Salário mínimo e desenvolvimento: desdobramentos de uma política de valorização real no Brasil. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 4, 2014.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Revista Estudos Avançados**, v. 26, n.74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100004>. Acesso em: 07 jan. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_achinaglobal.pdf>, Acesso em: 08 jan. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. **Revista de Administração Pública- RAP**, Rio de Janeiro 38(5):817-50, Set/out. 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6755/5337>> Acesso em: 07 jan. 2019.

NASIHGIL, Arion Augusto Nardello; DUARTE, Francisco Carlos. A flexibilização do direito do trabalho como instrumento de desenvolvimento econômico em conflito com o princípio da vedação do retrocesso social. **Nomos – Revista de Pós-Graduação em Direito –UFC**, v. 35, n. 2, 2015.

PINTO, Gilberto Tadeu. **A relação entre economia e sustentabilidade ambiental**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Blumenau: Universidade Regional de Blumenau –FURB, 2007.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda; LANA, Paulo da Cunha. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, p. 275-289, outubro 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62452>>, Acesso em: 08 jan. 2019.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 2002.

ZULLO, Gustavo José Danieli; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Grupo de trabalho 6: trabalho e produção no capitalismo contemporâneo. **VII Colóquio Internacional Marx e Engels crise do capital, desemprego estrutural e as novas formas de estranhamento do trabalho**, 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6440_Zullo_Gustavo.pdf>, Acesso em: 07 jan. 2019.